

**OS LIMITES DO FINANCIAMENTO CULTURAL FEDERAL NO BRASIL:
ENTRE IDEIAS E MATERIALIDADES**

Frederico Augusto Barbosa da Silva

Doutor em sociologia pela Universidade de Brasília (UnB) e pesquisador na Diretoria de Estudos e Políticas Sociais (Disoc) do Ipea

Este texto apresenta a complexidade estrutural das políticas culturais e sua estrutura de financiamento. A área cultural é caracterizada por altíssima fragmentação e heterogeneidade de atividades, o que demanda fortes capacidades de agenciamento, coordenação e planejamento. Não é possível imaginar a ação pública apenas a partir das grandes narrativas e das ideias genéricas, mesmo que estas sejam seus ingredientes centrais. Os modos como as instituições agem, pensam, atribuem sentidos e significam os fatos são fortemente demarcados pelas estruturas institucionais. Olhar as instituições de perto, ao contrário do *olhar por cima, do alto e longinquamente*, permite o entendimento da natureza e do funcionamento real das instituições. Conflitos pessoais, lutas simbólicas e por recursos; intrigas (como diz Paul Ricoeur, *mise-en-intrigue*, a saber, colocar em um enredo), narrativas a respeito do que aconteceu de fato, ou simplesmente a respeito de como deverão acontecer no futuro fazem parte do sentido das ações públicas. Portanto, os instrumentos de política, especialmente os de financiamento, não são neutros, mas são objeto de controvérsias quase infinitas no que diz respeito aos seus significados.

A abordagem do financiamento aqui proposta reflete a respeito dos sentidos do financiamento cultural, os modelos em torno dos quais os atores mobilizam e organizam argumentos, a retórica e os limites dos argumentos quando comparados com o que é feito efetivamente e o que seria possível se fazer com os recursos disponíveis. Tentamos aqui mostrar a evolução e composição dos dispêndios federais com cultura, mas, também, as controvérsias implícitas a respeito dos seus significados. Levantamos a discussão a respeito da falta de recursos humanos tanto na dimensão quantitativa, um dos problemas mais sérios apontados pelos gestores da área, quanto nos impactos financeiros dos recursos humanos. A análise também sugere que existem grandes desafios no que tange à atuação sistêmica no nível federal. Provavelmente, embora se verifique o uso

recorrente do termo sistema, não existem instrumentos adequados para a implementação de ações de acordo com uma lógica sistêmica, a começar pelo nível de recursos financeiros e humanos disponíveis.

Este texto descreve a estrutura do financiamento federal de cultura, seus dinamismos e sua composição, além de analisar as despesas do Ministério da Cultura, sua evolução e as mudanças de composição. Também aqui são observados os recursos incentivados – parte do sistema federal de financiamento – que se desdobram em recursos novos das empresas e na renúncia fiscal da União. O financiamento é considerado como parte dos instrumentos de políticas públicas tendo uma dimensão ideacional, de pluralização de fontes, apoio direto às artes e à cultura, incentivo ao mecenato privado, construção e fortalecimento do Estado para realizar políticas públicas etc. Associadas a essas ideias estão inúmeras controvérsias, entre elas os sentidos das relações Estado/mercado, desresponsabilização do Estado por políticas públicas culturais, predomínio dos interesses das grandes corporações etc. Entretanto, os instrumentos de políticas podem ser vistos pelos seus resultados nas ações efetivas e materiais que estão espelhadas na estrutura dos dispêndios, nos apoios concretos e seletivos a grupos e na distribuição de recursos no território. Assim, as discussões que seguem ligam ideias e materialidades presentes no financiamento, seguindo algumas das controvérsias sobre os instrumentos e os resultados do sistema de financiamento federal de cultura.